



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**264<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS**

**Ata da ordem do dia 24 de maio de 2018**

**PORTO ALEGRE - RS**

## **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

### **Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

#### **Ata da 264ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS**

**Local:** PUC/RS do prédio 08, sito na Av. Ipiranga nº 6681, Porto Alegre/RS

**Data:** 24/05/2018

1 Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dezoito teve início a 264ª Reunião Ordinária  
2 do Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação da Conselheira Rosângela Maria  
3 Soares dos Santos, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e Titular  
4 Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA. Estiveram  
5 presentes os seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Titular Carmen Lúcia  
6 Lopes Fogaça, Representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos –  
7 ONEDEF; Conselheira Titular Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão, Representante do  
8 Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO; Conselheiro Titular Benedito  
9 Augusto de Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade  
10 Social – CNTSS; Conselheiro Suplente Samuel Rodrigues, Representante do Fórum Nacional da  
11 População de Rua; Conselheiro Suplente Leovane Gregório, Representante do Conselho Federal de  
12 Psicologia - CFP; Conselheira Suplente Elisa Maciel Costa, Representante da Associação Mayle  
13 Sara Kali; Conselheiro Titular Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco -  
14 Salesianos; Conselheira Titular Maria Amélia Sasaki, Representante do Ministério do  
15 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Suplente Edna Aparecida Alegro, Representante da  
16 Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI; Conselheira Suplente  
17 Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do Ministério do Desenvolvimento – MDS;  
18 Conselheira Suplente Renata Aparecida Ferreira, Representante do Ministério do Desenvolvimento  
19 Social - MDS; Conselheiro Titular Clodoaldo José Oliva Muchinski, Representante da Fundação Fé  
20 e Alegria do Brasil; Conselheiro Titular Allan Camello Silva, Representante do Ministério do  
21 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Marília Vilardi Mazeto, Representante do  
22 Ministério do Desenvolvimento Social - MDS; Conselheira Titular Maria José Vasconcelos Barreto

23 Carvalho, Representante do Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE;  
24 Conselheira Suplente Silvia Regina Ramires, Representante da Fundação Projeto Pescar;  
25 Conselheira Titular Mariana de Souza Machado Neris, Representante do Ministério do  
26 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Elcimara Rangel Loureiro Alcício,  
27 Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social –  
28 CONGEMAS; Conselheira Suplente Caroline Miranda Sampaio, Representante do Ministério do  
29 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Ely Harasawa, Representante do Ministério do  
30 Desenvolvimento Social - MDS; Conselheira Suplente Marília Paiva de Carvalho, Representante do  
31 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Conselheira Suplente Marisa Rodrigues da Silva,  
32 Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social –  
33 CONGEMAS; Conselheiro Suplente Maurício José Silva Cunha, Representante do Centro de  
34 Assistência e Desenvolvimento Integral – CADI; Conselheira Suplente Cleonice Caetano Souza,  
35 Representante da União Geral dos Trabalhadores - UGT. **ABERTURA:** A Conselheira Rosângela  
36 Maria Soares dos Santos, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e  
37 Titular Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA,  
38 iniciou a reunião cumprimentou a todos e solicitou que a Secretária Executiva do CNAS realizasse  
39 a verificação do quórum. Verificado o quórum, a Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos  
40 Santos colocou a Ata da 263ª Reunião Ordinária do CNAS e a pauta da 264ª Reunião Ordinária do  
41 CNAS para aprovação dos conselheiros e não havendo nenhuma manifestação, a Ata da 263ª  
42 Reunião Ordinária do CNAS e a pauta da 264ª Reunião Ordinária do CNAS foram aprovadas por  
43 unanimidade. Informou que a pauta é composta pelos seguintes itens: I) Informes da Presidência  
44 Ampliada/Secretaria Executiva; CONGEMAS, FONSEAS, MDS, CIT e Conselheiros; II) Momento  
45 de Celebração ao Dia Nacional do Povo Rom; III) Avaliação da Reunião Descentralizada e  
46 Ampliada do CNAS; IV) Relato da Reunião da Presidência Ampliada; V) Diagnóstico dos Centros  
47 PoPs; VI) Apresentação da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa. Esclareceu que o informe da  
48 Presidência Ampliada/Secretaria Executiva está muito extenso e não será lido, sendo que o mesmo  
49 foi entregue a cada conselheiro e que, o Item VI será cancelado, uma vez que o expositor não  
50 conseguir chegar à reunião. Sugeriu que a pauta fosse trabalhada até as 13h00, visto que existem  
51 problemas no aeroporto devido à paralisação dos caminhoneiros e havendo concordância do  
52 plenário, desejou as boas vinda à nova Conselheira Governamental, Sra. Ely Harasawa, que realizou  
53 uma breve explanação. Iniciando os informes, a Conselheira Marisa Rodrigues da Silva,

54 Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social –  
55 CONGEMAS, informou sobre a participação dos encontros regionais do CONGEMAS já  
56 realizados, ressaltando que as suas discussões serão consolidadas no encontro nacional que será  
57 realizado nos dias 30, 31 julho a 1º de agosto em Belo Horizonte/MG. Discorreu que a cada ano  
58 existe uma participação maior dos gestores, destacando participação na região norte. Acrescentou  
59 que será lançada uma revista de edição especial, em que serão destacados os 25 anos da LOAS e  
60 ponderou que será enviado um ofício a esse conselho, solicitando que participe dessa revista através  
61 de um artigo. Registrou que o CONGEMAS está realizando uma frente ampla de discussão com os  
62 prefeitos em relação à necessidade de maior aporte de estruturação as Secretarias de Assistência  
63 Social. Notificou que participaram da 73ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos, discutindo  
64 os desafios para a universalização do SUAS com os presidentiáveis. Articulou que o CONGEMAS  
65 elaborará uma orientação aos demais colegiados, para reafirmar que a Política de Assistência Social  
66 é uma política pública de direito. Seguindo para os informes do MDS, o Conselheiro Allan Camello  
67 Silva, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, relatou que será realizado  
68 11º Encontro da Vigilância Socioassistencial nos dias 19 a 21 de junho em Brasília, em que será  
69 realizado a II Amostra de Experiência de Vigilância Socioassistencial. Informou que a SNAS  
70 lançará um questionário para coletar percepções e experiências no intuito iniciar o modelo de oferta  
71 de apoio técnico integrado. A Conselheira Mariana de Souza Machado Neris, Representante do  
72 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, notificou que foi realizado o Encontro Nacional de  
73 Reordenamento dos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, em que realizaram uma  
74 avaliação do processo de qualificação das ofertas dos serviços e que, estão pretendendo realizar o  
75 Encontro Nacional da População em Situação de Rua, dos dias 03 a 05 de julho, em Brasília. Diante  
76 a situação da posse da nova gestão, a Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos indicou  
77 os Conselheiros Maurício José Silva Cunha, Norma Suely de Souza Carvalho, Benedito Augusto de  
78 Oliveira e Tathiane Aquino de Araújo para participarem do 11º Encontro da Vigilância  
79 Sociassistencial, o que foi aprovado. O Conselheiro Leovane Gregório, Representante do Conselho  
80 Federal de Psicologia – CFP, comunicou que tem havido muitas discussões nas reuniões da  
81 Comissão Intergestores Tripartite – CIT, sendo que foi debatida e aprovada a prorrogação do  
82 cofinanciamento federal para a execução das Ações Estratégicas do PETI. Acrescentou que foi  
83 discutido sobre o CapacitaSUAS, especialmente, em relação à aprovação da resolução do CNAS em  
84 2017 e que, o diagnóstico do pacto de aprimoramento dos municípios não pode ser discutido, tendo

85 em vista que não houve tempo hábil. Explanou que se aprofundou sobre as medidas  
86 socioeducativas, entretanto, não foi possível finalizar a sua discussão e se dará continuidade nas  
87 próximas reuniões. Postulou que foi realizado um informe sobre o Programa Bolsa Família – PBF,  
88 destacando que houve algumas manifestações contrárias em relação à questão do projeto de  
89 educação financeira. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão, Representante do  
90 Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO, sugeriu que o CNAS  
91 convidasse o MDS para apresentar o projeto de educação financeira, uma vez que possui o  
92 entendimento de que se trata um programa incoerente diante a situação financeira vivida pelo país.  
93 A Conselheira Renata Aparecida Ferreira, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social  
94 – MDS, informou que esse item já está previsto para a próxima pauta da reunião da Comissão de  
95 Política da Assistência Social, explicando que se trata de uma ação de fortalecimento do PBF. A  
96 Conselheira Mariana de Souza Machado Neris manifestou que essa ação está contemplada no  
97 Decreto nº 7.397/2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira. Iniciando os  
98 informes dos conselheiros, a Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos relatou que  
99 representou o CNAS no encontro do CONGEMAS das regiões sul/sudeste, norte e nordeste e que,  
100 foi realizado o I Encontro Estadual de Usuários do SUAS no Pará, nos dias 26 e 27 de abril.  
101 Acrescentou que também representou o CNAS no Encontro de Gestão Territorial e Prevenção da  
102 Proteção Social Básica, em que foram trocadas experiências e conhecimentos e que, esteve presente  
103 no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS da FASC. Manifestou que o Deputado  
104 Arnaldo Farias foi eleito como Presidente da comissão especial destinada a PEC nº 383/2017, visto  
105 que o Deputado Dorico Monteiro foi eleito como relator e que, a próxima reunião será realizada no  
106 dia 28 de maio. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira, Representante da Confederação  
107 Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS, notificou que representou o CNAS em  
108 Ribeirão Preto, onde foi comemorado e trabalhado sobre o Dia do Assistente Social. A Conselheira  
109 Renata Aparecida Ferreira complementou que o Encontro de Gestão Territorial e Prevenção da  
110 Proteção Social Básica contou com a participação de alguns especialistas, da equipe técnica do  
111 MDS, dos estados e dos municípios, salientando que a mesma deu início a um processo de avanço  
112 das discussões acerca do trabalho social com as famílias no âmbito do PAIF. Informou que o próximo  
113 passo será a realização de oficinas regionais. O Conselheiro Leovane Gregório arrazoou que os  
114 trabalhadores da assistência social de Brasília estão em greve há 80 dias, externando a sua  
115 preocupação com os usuários, uma vez que o governo não buscou nenhum consenso com os

116 mesmos. Compreendeu que o MDS e o CNAS precisam se preocupar com essa situação, uma vez  
117 que os usuários estão sendo bastante prejudicados. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos  
118 Santos solicitou que o Conselheiro Leovane Gregório trouxesse alguns documentos, para que o  
119 CNAS possa formalizar a sua posição. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão  
120 informou que será realizado o Congresso Norte e Nordeste de Terapia Ocupacional com âmbito  
121 nacional, em Sergipe e ratificou a importância da presença do CNAS nesse congresso. A Vice-  
122 Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos discorreu que será realizado o Encontro Nacional  
123 dos Trabalhadores do SUAS em agosto, em Belém/PA. O Sr. Rodrigo, Conselheiro Municipal do  
124 CMAS de Natal/RN, comunicou que o Ministério da Saúde possui os apoiadores institucionais,  
125 sugerindo basear nessa experiência, para que tenham o MDS mais próximo dos estados e  
126 municípios. O Sr. Jairo afirmou que continuaram acompanhando a PEC nº 383/2017 e solicitou que  
127 os estados continuem acompanhando as reuniões do CNAS. A Conselheira Maria José Vasconcelos  
128 Barreto Carvalho, Representante do Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe –  
129 FEUSUAS/SE, articulou que representou o CNAS na Reunião Regional do Norte e compreendeu  
130 que é muito importante o reconhecimento dos conselheiros municipais e estaduais dos trabalhos  
131 realizados pelo CNAS. O Conselheiro Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco  
132 – Salesianos, ilustrou que foi realizada a Reunião do Movimento Nacional de Entidades de  
133 Assistência Social, em que foi consensuada uma ampliação regional e reforçada a articulação em  
134 relação a PEC nº 383/2017. O Sr. Marcelo, Conselheiro Estadual do CEAS/RS, informou que o  
135 CEAS/RS iniciará a terceira etapa do ciclo de debates com os conselhos municipais de assistência  
136 social, no dia 08 de junho, tendo em vista que recebeu o Prêmio Mérito CNAS por essa ação. O Sr.  
137 Pedro Ubiraja, Conselheiro Estadual CEAS/BA, observou que a grande dificuldade de participação  
138 dos usuários se contra nos municípios e parabenizou o CEAS/RS pela organização da Reunião  
139 Descentralizada e Ampliada do CNAS. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos  
140 solicitou que a Secretária Executiva apresentasse as justificativas de ausência. A Sra. Maria das  
141 Mercês Avelino de Carvalho, Secretária Executiva do CNAS, informou que justificaram as  
142 ausências: Conselheiro Josenir Teixeira, na Reunião Extraordinária da Comissão de Financiamento  
143 da Assistência Social, devido a compromissos institucionais; a Conselheira Carmen Lúcia Lopes  
144 Fogaça, nesta reunião ordinária e na Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS, devido a  
145 compromissos institucionais; o Conselheiro Maurício José Silva Cunha na Reunião Extraordinária  
146 da Comissão de Política da Assistência Social, devido a compromissos institucionais; a Conselheira

147 Laís Maranhão Santos Mendonça, na Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS e nessa  
148 reunião ordinária, devido a compromissos institucionais; a Conselheira Ely Harasawa, na Reunião  
149 Descentralizada e Ampliada do CNAS, devido a compromissos institucionais; a Conselheira  
150 Solange Teixeira, na Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS e nessa reunião ordinária,  
151 devido a compromissos institucionais; a Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho, nessa  
152 reunião ordinária, devido questões de ordem operacional com relação à emissão da passagem; a  
153 Presidente Maíra Leilane Oliveira Almeida, nessa reunião ordinária, devido a compromissos  
154 institucionais agendados anteriormente a marcação dessa reunião. Seguindo para o Momento de  
155 Celebração ao Dia Nacional do Povo Rom, a Conselheira Elisa Maciel Costa, Representante da  
156 Associação Mayle Sara Kali, discorreu que pequenos itens rompem grandes processos e ponderou  
157 que os ciganos são a menor minoria étnica desse país. Intuiu que a Proteção Social Básica e a  
158 Proteção Social Especial avançarão na pauta dos ciganos e abrirão portas para os povos e  
159 comunidades tradicionais e destacou que a Convenção nº 69 da OIT deve ser respeitada. Alegou  
160 que muitos ciganos desconhecem a sua própria história, o que gera uma perda de dados muito  
161 grande e relatou sobre o processo para criação da bandeira e do hino do povo rom. Explanou que  
162 em nenhum momento foi diminuída por ser uma mulher de etnia romani nesse conselho. A  
163 Conselheira Renata Aparecida Ferreira informou que a Proteção Social Básica realizou um trabalho,  
164 em 2017, que ampliou olhar sob a questão de povos e comunidades tradicionais, que resultou na  
165 construção de uma orientação trazendo todas as especificidades dos povos ciganos na forma do  
166 atendimento nos CRAS. Informou que essa orientação está disponível no *site* do MDS e que,  
167 existem 22 mil usuários inseridos no CadÚnico que se declaram como ciganos. A Conselheira Edna  
168 Aparecida Alegro, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi –  
169 FENAPESTALOZZI, registrou que essa será a sua última participação em uma reunião do CNAS,  
170 tendo em vista que não poderá participar da reunião em junho. Manifestou sobre a importância de  
171 priorizar os usuários da assistência social, seja qual for a etnia e intuiu que precisam de um trabalho  
172 fundamental de discussão da política. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira saudou a  
173 Conselheira Elisa Maciel Costa pela sua explanação e a Vice-Presidente Rosângela Maria Soares  
174 dos Santos externou que se sente muito honrada em participar dessa gestão com a Conselheira Elisa  
175 Maciel Costa, parabenizando a mesma. Prosseguindo para a avaliação da Reunião Descentralizada e  
176 Ampliada do CNAS, a Sra. Ivani, Representante do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de  
177 Assistência Social – FONACEAS, ilustrou que a Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS

178 corou um processo de avanço que está acontecendo no controles social do SUAS no Brasil e  
179 afirmou que, nas discussões das Reuniões Regionais e da Reunião Descentralizada e Ampliada do  
180 CNAS, puderam perceber que existem grandes desafios postos. Compreendeu que precisam fazer a  
181 intersetorialidade das políticas públicas, principalmente daquelas correlacionadas a assistência  
182 social e que, nenhum resultado conseguirá enfrentar os grandes desafios se não houver o  
183 planejamento com o ponto de partida. O Sr. Marcelo manifestou que a Reunião Descentralizada e  
184 Ampliada do CNAS, além de um espaço de participação e fortalecimento do controle social, é um  
185 espaço de aproximação dos conselhos estaduais e municipais. Destacou a metodologia utilizada e os  
186 temas abordados, que trouxeram inquietações para os conselhos municipais e estaduais em relação  
187 ao Acórdão nº 2404/2017 do TCU e algumas demandas, visando o fortalecimento do SUAS,  
188 especialmente, relacionado aos planos de ação. Ponderou que trouxe a oportunidade de realizar um  
189 diálogo sobre os fundos estaduais e municipais de assistência social e de traçar estratégias e  
190 encaminhamentos. Discorreu que possuem a expectativa de que o CNAS, os CEAS, os CMAS, o  
191 FONSEAS, o FONACEAS, o CONGEMAS, o MDS e a SNAS estejam articulados no processo de  
192 qualificação do controle social. Agradeceu a presença de todos e colocou o CEAS a disposição. O  
193 Conselheiro Leovane Gregório entendeu que essa gestão abriu para a participação efetiva dos  
194 CEAS e que, precisam trabalhar no planejamento das metas, para melhorar a política na ponta. A  
195 Conselheira Silvia Regina Ramires, Representante da Fundação Projeto Pescar, externou que está  
196 muito feliz por terem executado essa Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS e inferiu que  
197 esse momento traz muita força para continuar em defesa do SUAS. A Conselheira Luziana  
198 Carvalho de Albuquerque Maranhão agradeceu a toda equipe do CEAS/RS e do MDS pelo trabalho  
199 realizado, para que essa reunião fosse realizada e a Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos  
200 Santos discorreu que ouviu alguns relatos alegando que a metodologia das oficinas aproxima muito  
201 os debates e informou que todos os resultados alcançados constarão no Plano de Ação do CNAS  
202 para 2018/2020. Seguindo para o relato da Reunião da Presidência Ampliada realizada no dia 22 de  
203 maio, a Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos elencou os participantes e membros da  
204 Secretaria Executiva do CNAS presentes e relatou que foram discutidos os seguintes itens de pauta:  
205 Item I) Informes das Reuniões das Comissões de Financiamento e Orçamento da Assistência Social  
206 e de Política da Assistência Social. Item II) Denúncia contra o Conselho Municipal de Assistência  
207 Social de Palmas/TO recebido pela Ouvidoria do MDS no dia 11 de abril de 2018.  
208 Encaminhamento: A Presidência Ampliada sugere formalizar denúncia para o CEAS/TO,



209 solicitando que o mesmo averigüe a situação relatada e encaminhe relatório para o CNAS sobre o  
210 CMAS de Palmas/TO. Item III) GT “Criança e Jovens Indígenas em Situação de Acolhimento  
211 Institucional e Familiar”. Encaminhamento: A Presidência Ampliada sugere aguardar a composição  
212 do CNAS 2018/2020 para indicações e formalização do GT. Item IV) Pauta da 265ª Reunião  
213 Ordinária do CNAS: Dia 04/06/2018: das 09h00 às 10h30 – Reunião Extraordinária da Comissão de  
214 Política da Assistência Social. 265ª Reunião Ordinária do CNAS - das 10h30 às 11h00 – Aprovação  
215 da Ata da 264ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta da 265ª Reunião Ordinária do CNAS; das  
216 11h00 às 12h30 – Relato da Reunião Extraordinária da Comissão de Financiamento e Orçamento da  
217 Assistência Social; das 14h00 às 16h00 – Relato da Reunião Extraordinária Conjunta da Comissão  
218 de Financiamento e Orçamento da Assistência Social e da Comissão de Política da Assistência  
219 Social – Pactuação do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS  
220 Trabalho; das 16h00 às 18h00 – Relato da Reunião Extraordinária Conjunta da Comissão  
221 Financiamento e Orçamento da Assistência Social e da Comissão de Política da Assistência Social –  
222 Pactuação das Ações Estratégicas do PETI. Dia 05/06/2018: Reunião Trimestral do CNAS com os  
223 CEAS e CAS/DF – das 09h00 às 09h30 – Abertura; das 09h30 às 12h30 – Informes do CNAS,  
224 SNAS, CEAS e CAS/DF; das 14h00 às 15h30 – Estratégias de Operação frente ao Acórdão TCU nº  
225 2404/2017; 15h30 às 17h00 – Agenda Comum para a Gestão 2018/2020; 17h00 – Encerramento.  
226 Posse dos Conselheiros da Gestão 2018/2020 – as 14h30. Dia 06/06/2018: Continuação da 265ª  
227 Reunião Ordinária do CNAS: das 09h00 às 09h30 – Eleição do Presidente e do Vice-Presidente do  
228 CNAS; as 09h30 – Aprovação da Continuação da Pauta da 265ª Reunião Ordinária do CNAS; das  
229 09h30 às 10h30 – Informes da Presidência Ampliada/Secretaria Executiva, CONGEMAS,  
230 FONSEAS, MDS e Conselheiros; das 10h30 às 12h00 – Apresentação da Comissão de Política da  
231 Assistência Social e da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das 14h00  
232 às 17h00 – Apresentação da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social,  
233 da Presidência Ampliada, da Comissão de Normas da Assistência Social; das 17h00 às 18h00 –  
234 Indicação dos Conselheiros para a composição das Comissões do CNAS. A Sra. Régina,  
235 Conselheira Estadual do CEAS/TO, discorreu que recebem com estranheza essa informação sobre o  
236 CMAS de Palmas/TO, uma vez que esteve presente em uma reunião na última semana e observou  
237 que estava funcionando normalmente, porém, afirmou que averiguará a questão. Não havendo mais  
238 nenhum comentário, o relato da Reunião da Presidência Ampliada foi aprovado por unanimidade.  
239 Iniciando a apresentação do diagnóstico dos Centros PoPs, o Conselheiro Samuel Rodrigues,

240 Representante do Fórum Nacional da População de Rua, informou sobre a realização do IV  
241 Congresso da População de Rua, que está sendo realizado em Cidreira/RS e destacou a importância  
242 dos Centros PoPs para a população em situação de rua, que motivou a solicitação dessa pauta. A  
243 Sra. Deusina Cruz, Representante da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS,  
244 articulou que a Política Nacional da População em Situação de Rua possui como referência o  
245 Decreto nº 7.053 e explicou que haverá demandas absolutamente distintas quando se trata da  
246 heterogeneidade dessa população. Discorreu que possuem um grande desafio de personificar essa  
247 dimensão mesmo sendo coletiva e afirmou que os principais fatores de risco relacionados a situação  
248 de rua são a revitimização dessa população e a dificuldade de adesão dos municípios a Política  
249 Nacional. Apresentou a pesquisa realizada em 2018 com 31 mil pessoas em situação de rua e  
250 relatou que a busca ativa para inclusão no CadÚnico traz a expectativa de inclusão da população em  
251 situação de rua no PBF, no Benefício de Prestação Continuada - BPC e em demais programas e  
252 projetos na Proteção Social Básica e Especial. Informou que existem mais de 90 mil pessoas em  
253 situação de rua inseridas no CadÚnico, sendo que o maior número de inclusão é realizado em São  
254 Paulo. Destacou que o serviço especializado de abordagem social é um serviço tipificado e  
255 modernizado para contemplar o primeiro contato, identificando o perfil do indivíduo atendido.  
256 Informou que existe uma equipe técnica de referência, porém, esclareceu que há uma enorme  
257 incapacidade de contratação de todos os trabalhadores pelos municípios e compreendeu é necessário  
258 haver uma articulação em rede. Expôs os dados coletados em 2016 dos Centros PoPs, destacando a  
259 existência de 235 Centro PoPs e as motivações de fechamentos dos mesmos. Elencou que os  
260 principais desafios são: i) metodologia; ii) situação das crianças em situação de rua, trabalho infantil  
261 e exploração sexual; iii) elaboração e atualização de orientações técnicas; iv) estruturação e  
262 integração dos serviços; v) estabelecidos de estratégias de articulação; vi) violação dos direitos.  
263 Relatou que está sendo contratada uma consultoria para capacitação de serviços de acolhimento e  
264 que, será executada uma consultoria *online* para a população em situação de rua, que será realizada  
265 em junho. Abrindo para os debates, a Conselheira Mariana de Souza Machado Neris explicou que a  
266 Proteção Social Especial já está trabalhando e dialogando com essa agenda com bastante  
267 proximidade com os movimentos da população em situação de rua e manifestou que estão  
268 trabalhando no reconhecimento da unidade Centro PoP em normativa a cerca de nove anos. Ilustrou  
269 que o primeiro caminho adotado, pelas políticas públicas, foi a busca de um diagnóstico,  
270 observando a evolução no CadÚnico. Informou que o governo federal abriu o cofinanciamento para

271 os municípios e estados e que, estão buscando construir cadernos de orientações técnicas, para que  
272 os gestores e trabalhadores possam qualificar a oferta. Acrescentou que a implantação do sistema de  
273 abordagem social e a criação do ID/Centro PoP estão na agenda do MDS de 2018 e arrazoou que a  
274 Proteção Social Especial se comprometerá em aprofundar as políticas de autonomia e as formas de  
275 enfrentamento das violações de direitos a população em situação de rua no Encontro Nacional da  
276 População em Situação de Rua, que acontecerá do dia 03 a 05 de julho. A Conselheira Renata  
277 Aparecida Ferreira ponderou que a SNAS está tentando buscar o papel articulador e preventivo do  
278 CRAS no território e salientou que é importante que os conselhos presentes levem o entendimento  
279 do papel da Proteção Social Básica em seus estados e municípios sobre a gestão do território e sobre  
280 a integração com a equipe do CadÚnico. A Conselheira Elcimara Rangel Loureiro Alício,  
281 Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social –  
282 CONGEMAS, relatou sobre sua experiência na implantação do Centro PoP, ressaltando que os  
283 investimentos realizados pelo seu estado e município não são suficientes para ter um serviço de  
284 qualidade e compreendeu que existe a necessidade de um monitoramento. A Conselheira Luziana  
285 Carvalho de Albuquerque Maranhão observou que apenas 4,3% dos municípios brasileiros possuem  
286 Centro PoP e intuiu que existe uma má vontade dos gestores municipais em implantar esse tipo de  
287 serviço, sugerindo pensar como podem abordar essa questão. Afirmou que gostaria que o terapeuta  
288 ocupacional fosse incluído na equipe mínima desse serviço, propondo que haja uma oportunidade  
289 de apresentar o trabalho que pode ser realizado no Centro PoP. O Conselheiro Carlos Nambu  
290 arrazoou que existem questões diferenciadas que precisam ser discutidas em relação do orçamento,  
291 uma vez que foi aprovada a manutenção dos serviços e a Conselheira Elisa Maciel Costa  
292 compreendeu que é necessário diferenciar as crianças que são recolhidas de suas mães em situação  
293 de rua e observou que as consultorias são diferenciadas da realidade. O Conselheiro Leovane  
294 Gregório questionou quantas pessoas estão sendo atendidas e saindo, de fato, da condição de situação  
295 de rua e entendeu que o MDS, o CONGEMAS e o FONSEAS devem elaborar um plano de  
296 excelência e de custo desses equipamentos. A Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto  
297 Carvalho comentou sobre os problemas de limitação do trabalho nos Centros PoPs e intuiu que  
298 precisam fazer um combate sério em relação a população em situação de rua. A Vice-Presidente  
299 Rosângela Maria Soares dos Santos relatou que ouviu informações de que os imigrantes estão  
300 ocupando os espaços da população em situação de rua e discorreu que o CNAS deve refletir como  
301 vencer as dificuldades colocadas. A Sra. Elis relatou que precisam ter muito cuidado com relação a

302 questão da vigilância, uma vez que os dados não refletem a realidade e parabenizou o CNAS por ter  
303 trazido essa pauta para a reunião. Compreendeu que precisam fortalecer a intersetorialidade entre os  
304 serviços do SUAS. O Sr. Paulo Henrique informou que frequentou o Centro PoP de Belém/PA,  
305 relatando sobre a situação das duas unidades existentes e destacou que, às vezes, os Centros PoPs  
306 violam mais direitos que a própria rua. A Conselheira Mariana de Souza Machado Neris registrou  
307 que o racismo institucional ainda não foi superado e arrazoou que existe um conflito de devolução  
308 de recursos por parte dos municípios que não conseguiram instalar o serviço, de contingenciamento  
309 do recurso em 2018 e da necessidade de ampliação da cobertura. Informou que será discutido o  
310 Pacto de Aprimoramento da Gestão Municipal na CIT, em que existe duas metas relacionadas a  
311 população em situação de rua e compreendeu que podem pensar em ampliar as formas de avaliação  
312 de território com uma abrangência regional. Afirmou que a retirada das crianças das mães em  
313 situação de rua é uma agenda presente, salientando que foi elaborada uma nota técnica conjunta  
314 com o Ministério da Saúde e que, estão realizando reuniões com o CNJ nas principais capitais que  
315 estão ocorrendo essa situação. Notificou que, no dia 08 de junho, será realizada uma agenda com  
316 130 juízes da infância junto com o CNJ, para trabalhar e inverter as práticas higienistas de retirada  
317 de crianças das mães em situação de rua. Sugeriu realizar uma mesa sobre a sugestão da  
318 Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão no Encontro Nacional da População em  
319 Situação de Rua, para que possam ampliar o debate em relação aos trabalhadores. A Sra. Deusina  
320 Cruz afirmou que está plenamente satisfeita com as explanações e ponderou que as pautas  
321 recorrentes das temáticas trazem novos elementos. Compreendeu que é necessário fortalecer a  
322 discussão dos direitos da pessoa em situação de rua nos distintos momentos. O Conselheiro Samuel  
323 Rodrigues agradeceu ao CNAS por receber a pauta e sugeriu que os todos os conselhos continuem  
324 monitorando as ações voltadas para o segmento da população em situação de rua. A Vice-  
325 Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos afirmou que sempre levaram essa luta em todos os  
326 espaços. **ENCERRAMENTO:** A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos agradeceu a  
327 presença de todos e encerrou a 264ª Reunião Ordinária do CNAS.  
328